

RESUMO | PESQUISA ORIGINAL

CONDIÇÕES DE SAÚDE E ALIMENTAÇÃO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE: ESTUDO EM PENITENCIÁRIAS DO SUL DO BRASIL.

Caroline da Veiga¹
Izabeli Marcon Zanatta²
Fernanda Oliveira Meller³
Micaela Rabelo Quadra⁴
Isabel Oliveira Bierhals⁵
André Demboski Dalpont⁶
Enzo Ronconi⁷
Antônio Augusto Schäfer⁸

Palavras-chave: Prisioneiros; saúde pública; estudos transversais; estado nutricional; serviços de alimentação.

Introdução

Pessoas privadas de liberdade constituem uma população em situação de vulnerabilidade, cujas condições de saúde e alimentação demandam maior conhecimento para subsidiar ações em saúde.

Objetivo

Avaliar as condições de saúde, alimentação e perfil nutricional de pessoas privadas de liberdade em duas penitenciárias do Sul do Brasil.

Método

Trata-se de um estudo prospectivo, observacional, descritivo, realizado entre novembro e dezembro de 2024, em uma penitenciária masculina e uma penitenciária feminina do Sul de Santa Catarina. Os dados foram coletados por meio de um questionário autoaplicável aplicado a 131 pessoas privadas de liberdade (38

¹Curso de Medicina da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Membro do Grupo de Pesquisa Atenção à Saúde e Epidemiologia (GPASEpi). Criciúma-SC.

²Mestre em Saúde Pública. Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, SC, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa Atenção à Saúde e Epidemiologia (GPASEpi). Criciúma-SC.

³Doutora em Epidemiologia. Professora e pesquisadora. Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, SC, Brasil. Professor titular do Grupo de Pesquisa Atenção à Saúde e Epidemiologia (GPASEpi). Criciúma-SC.

⁴Doutora em Ciências da Saúde. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, SC, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa Atenção à Saúde e Epidemiologia (GPASEpi). Criciúma-SC.

⁵Doutora em Epidemiologia. Professora e pesquisadora. Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, SC, Brasil. Professor titular do Grupo de Pesquisa Atenção à Saúde e Epidemiologia (GPASEpi). Criciúma-SC.

⁶Estudante de graduação em Medicina. Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, SC, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa Atenção à Saúde e Epidemiologia (GPASEpi). Criciúma-SC.

⁷Estudante do ensino médio. Bolsista de Iniciação Científica Júnior do CNPq. Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, SC, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa Atenção à Saúde e Epidemiologia (GPASEpi). Criciúma-SC.

⁸Doutor em Epidemiologia. Professor e pesquisador. Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, SC, Brasil. Professor titular do Grupo de Pesquisa Atenção à Saúde e Epidemiologia (GPASEpi). Criciúma-SC.

mulheres e 93 homens) e de registros institucionais sobre fornecimento de alimentos e desperdício. As análises descritivas foram realizadas no Stata 17.0.

Resultados

Foram avaliados 131 participantes, sendo 38 mulheres e 93 homens. Entre as mulheres, 66,7% apresentavam sobrepeso ou obesidade, enquanto 65,2% dos homens estavam com sobrepeso. Verificou-se elevada prevalência de doenças crônicas como hipertensão arterial e diabetes entre homens (26,7% e 7,8%, respectivamente) e mulheres (31,6% e 7,9%, respectivamente). Além disso, observou-se baixa prática de atividade física (81,6% das mulheres e 61,1% dos homens eram fisicamente inativos). Quanto à alimentação, quase metade das mulheres classificou a qualidade dos alimentos como ruim ou muito ruim (42,1%) e 12% dos homens classificaram como ruim. Tanto entre homens como entre mulheres, o alimento de que mais sentiam falta era carne e derivados, e o alimento que mais compravam com suas economias era biscoito.

Conclusão

O estudo evidenciou importantes vulnerabilidades relacionadas à saúde e à alimentação entre pessoas privadas de liberdade. Entre elas, destacam-se a elevada frequência de doenças crônicas, baixa prática de atividade física e a percepção insatisfatória da alimentação. Esses achados reforçam a necessidade de fortalecer políticas públicas e estratégias de promoção da saúde voltadas à população privada de liberdade.

Referências

1. Souza, AD, Xavier, SS, Santos, CS, Belarmino, JES, Santos, JM e Pereira, EFM (2026), "Gestão em saúde e segurança alimentar em presídios", Revista Contemporânea, Vol. 6 N° 3, e10431, <https://doi.org/10.56083/RCV6N3-048>.
2. Favril, L., Rich, JD, Hard, J. e Fazel, S. (2024), "Morbidade de saúde mental e física entre pessoas em prisões: uma revisão abrangente", The Lancet Public Health, Vol. 9 No. 4, pp.e250-e260, [https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(24\)00023-9](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(24)00023-9).
3. Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) (2024), Panorama nacional de alimentação e acesso à água no sistema prisional, Ministério da Justiça, Brasília, DF, disponível em: https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen-publicaprimeiro-panorama-nacional-de-alimentacao-e-acesso-a-agua-no-sistemaprisional/panorama_nacional_de_alimentacao_no_sistema_prisional.pdf (acessado em 10 de junho de 2026).
4. Hunter, RM, Anderson, R., Kirkpatrick, T., Lennox, C., Warren, F., Taylor, RS, Shaw, J., Haddad, M., Stirzaker, A., Maguire, M. e Byng, R. (2022), "Avaliação econômica de uma intervenção complexa (Engager) para prisioneiros com problemas comuns de saúde mental, perto e após a libertação: uma análise de custo-utilidade e custo-consequências", The European Journal of Health Economics, Vol. 23 No. 2, pp.193-210, <https://doi.org/10.1007/s10198-021-01360-7>.